



INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
 Entidade Filantrópica inscrita no CNAS e de Utilidade Pública MJ-15893/94-07 de 29/Abril/1996 CNPJ 73.696.718/0001-38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Submetemos a apreciação de V.S^{as}., as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2022 e suas Notas Explicativas.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas Exp.	2022	2021
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		34.983.560,17	39.606.720,90
Caixas e Equivalentes de Caixa		1.236.937,14	1.779.378,50
Contas a Receber - Convênios de Saúde	6f	24.092.265,36	23.698.978,38
(-) Provisão PCLD - Saúde	7a	(5.951.379,74)	(3.434.359,55)
Outras Contas a Receber		1.607.042,55	2.987.776,29
Estoques	6g	13.028.256,35	13.889.967,93
Outros Ativos Circulantes		970.438,51	684.979,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE		86.828.247,81	78.339.576,15
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		790.504,14	806.680,60
Créditos a Longo Prazo	8	790.504,14	806.680,60
INVESTIMENTOS		33.245.952,48	33.245.952,48
Participação Societária		33.245.952,48	33.245.952,48
IMOBILIZADO	6h,6i	52.704.418,05	44.125.276,86
Terrenos		9.182.810,10	9.182.810,10
Imobilizado em Formação	6b	18.634.433,68	13.381.386,65
Edifícios e Benfeitorias		47.324.507,20	45.221.933,47
Móveis, Utensílios, Equip. e Outros		47.324.885,99	42.287.154,90
Automotores		247.755,00	247.755,00
(-) Depreciação Acumulada		(70.009.973,92)	(66.195.763,26)
INTANGÍVEL		87.373,14	161.666,21
Direito Uso e Concessão/Software/Marcas e Patentes		1.760.448,04	1.760.448,04
(-) Amortização Acumulada - Intangível		(1.673.074,90)	(1.598.781,83)
TOTAL DO ATIVO		121.811.807,98	117.946.297,05
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	Notas Exp.	25.459.585,99	22.642.111,32
Contas a Pagar		23.380.603,50	18.435.454,64
Provisões	6c, 9	2.007.248,93	4.007.058,01
Fundos em Confiança		71.733,56	199.598,67
Receitas Diferidas		-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10	35.779.166,04	34.906.709,06
Obrigações Diversas		35.779.166,04	34.906.709,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	60.573.055,95	60.397.476,67
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio Social		60.397.476,67	58.334.908,83
Superávit/Déficit do Exercício	6e,6l,12	175.579,28	2.062.567,84
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.811.807,98	117.946.297,05


Míram Rafael Silveira Kalbermatter
 Presidente
 CPF: 275.381.828-29


Jabson Magalhaes da Silva
 Tesoureiro
 CPF: 727.893.879-15



Geisson Monteiro Marroch
 Contador CRC-RJ 11251/O-3
 CPF: 100.903.237-26

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

	Notas Exp.	2022	2021
RECEITAS	6d	149.275.182,97	159.068.785,95
De Serviços/Contribuições/Doações e Outras		114.840.699,77	120.252.478,63
Serviços de Saúde		110.702.696,78	119.470.356,87
(-) Glosa s/ Serviços	7b	(1.147.115,84)	(266.003,58)
(-) Perdas s/ Faturamento		(651,82)	(1.206.002,73)
(-) Descontos Concedidos		(483,79)	(1.078,65)
Doações Diversas		2.468.528,60	482.949,42
Patrimoniais e Financeiras		1.140.472,45	1.083.748,04
Outras Receitas Recorrentes		32.261,40	18.908,39
Subvenções de Organizações Adventistas		1.644.991,99	669.600,87
Concessão de Gratuidades		22.321.779,84	25.563.134,42
Concessão de Gratuidades	14, 15, 16	22.321.779,84	25.563.134,42
Isenção de Contribuições Sociais		12.112.703,36	13.253.172,90
Isenção de Contribuições Sociais	17, 18	12.112.703,36	13.253.172,90
	Notas Exp.		
DESPESAS	6d	(149.114.603,69)	(157.006.358,11)
De Pessoal/Encargos/Administrativas e Outras		(114.680.120,49)	(118.190.050,79)
Despesas com Pessoal (Próprio e Terceiros)		(54.479.283,79)	(57.058.979,53)
Encargos Sociais		(5.172.675,40)	(4.875.894,47)
Administrativas e Gerais		(54.040.272,41)	(54.923.673,92)
Encargos Tributários		(868.238,37)	(482.229,12)
Assistência, Orientação Social e Outras		(119.650,52)	(849.273,75)
Gratuidades Concedidas		(22.321.779,84)	(25.563.134,42)
Gratuidades Concedidas	14, 15, 16	(22.321.779,84)	(25.563.134,42)
Isenção de Contribuições Sociais		(12.112.703,36)	(13.253.172,90)
Isenção de Contribuições Sociais	17, 18	(12.112.703,36)	(13.253.172,90)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		15.000,00	140,00
Outras Receitas		15.000,00	140,00
Outras Despesas		-	-
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	6e,6f,12	175.579,28	2.062.567,84


Hiram Rafael Silveira Kalbermatter
Presidente
CPF: 275.381.828-29



Jabson Magalhães da Silva
Tesoureiro
CPF: 727.893.879-15



Geisson Monteiro Marroch
Contador CRC-RJ 11251/O-3
CPF: 100.903.237-26


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	175.579,28	2.062.567,84
Depreciação e Amortização	3.888.503,73	3.918.250,58
Variações nos Ativos e Passivos:		
Contas a Receber a Curto Prazo	3.504.466,95	7.433.807,95
Estoques	861.711,58	(3.094.166,98)
Contas a Receber a Longo Prazo	16.176,46	(178.404,46)
Despesas Antecipadas	(285.459,16)	(14.369,72)
Contas a Pagar	4.945.148,86	4.735.610,52
Passivo Não Circulante	872.456,98	(5.796.035,02)
Receitas Diferidas	-	-
Provisões	(1.999.809,08)	(169.660,51)
Fundos em Confiança	(127.865,11)	54.812,81
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	11.850.910,49	8.952.413,01
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compras de imobilizado	(12.393.351,85)	(9.039.463,59)
Outros Investimentos	-	-
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de investimentos	(12.393.351,85)	(9.039.463,59)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Crédito para Integralização de Capital		
Pagamentos de lucros e dividendos		
Juros recebidos de empréstimos		
Juros pagos por empréstimos		
Empréstimos tomados		
Pagamentos de empréstimos/debêntures		
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	-	-
Varição Líquida nas Disponibilidades	(542.441,36)	(87.050,58)
Aumento (redução) das disponibilidades	(542.441,36)	(87.050,58)
Disponibilidades no início do exercício	1.779.378,50	1.866.429,08
Disponibilidades no final do exercício	1.236.937,14	1.779.378,50


Hiram Rafael Silveira Kalbermatter
Presidente
CPF: 275.381.828-29


Jabson Magalhaes da Silva
Tesoreroiro
CPF: 727.893.879-15



Geisson Monteiro Marroch
Contador CRC-RJ 111251/O-3
CPF: 100.903.237-26


INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
CNPJ 73.696.718/0001-38


INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Entidade Filantrópica Inscrita no CNAS e de Utilidade Pública MJ-15893/94-07 de 29/Abril/1996 - CNPJ 73.696.718/0001-38

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Ajuste Exercícios Anteriores	Déficit Exercício	TOTAL
Saldos em 01/01/2021	49.088.230,43	-	-	9.246.678,40	58.334.908,83
Incorporação Déficit Exercício 2020	9.246.678,40	-	-	(9.246.678,40)	-
Déficit do Exercício 2021	-	-	-	2.062.567,84	2.062.567,84
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	58.334.908,83	-	-	2.062.567,84	60.397.476,67
Saldos em 01/01/2022	58.334.908,83	-	-	2.062.567,84	60.397.476,67
Incorporação Déficit Exercício 2021	2.062.567,84	-	-	(2.062.567,84)	-
Superavit do Exercício 2022	-	-	-	175.579,28	175.579,28
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	60.397.476,67	-	-	175.579,28	60.573.055,95


Hiram Rafael Silveira Kalbermatter
Presidente
CPF: 275.381.828-29


Jabson Magalhaes da Silva
Tesoureiro
CPF: 727.893.879-15


Geisson Monteiro Marroch
Contador CRC RJ 11.251/O-3
CPF: 100.903.237-26

**INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E
ASSISTÊNCIA À SAÚDE
CNPJ 73.696.718/0001-38**

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE, pessoa jurídica de direito privado, Entidade de fins Filantrópicos e Assistenciais na área da Saúde, inscrita no CNPJ 73.696.718/0001-38, com sede à Estrada União Indústria 13810, Itaipava, Petrópolis, RJ declarada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 2536 de 07 de abril de 1998, registrado no CNAS conforme processo n.º 28990.013072/93-76, com título declaratório de Utilidade Pública Estadual n.º 297 no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) n.º 042/99, Detentora de Imunidade Tributária de acordo com o Artigo 150 Inciso VI Alínea C e artigo 195 Paragrafo 7º Ambos da Constituição Federal do Brasil de 05 de outubro de 1988, combinados com os Artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional e CEBAS valido pelo Período de 16/03/2020 à 31/12/2024 conforme Portaria n.º 345, de 14 de abril de 2023.

Tem como principais finalidades estatutárias:

- a) Difundir e propagar princípios morais, cívicos, éticos, cristãos e de saúde adotados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia,
- b) Prestar serviços e assistência médico-hospitalar,
- c) Promover ações e programas de assistência a idosos, a pessoas carentes e orientação familiar.

No cumprimento de seus objetivos, a INSTITUIÇÃO não fará discriminação alguma quanto à cor, credo, idade, sexo, religião, e outra de qualquer natureza.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as determinações da Lei n.º 6.404/76 e as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07 e Lei 11.941/09.
- b) As Demonstrações Contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

- c) Atendendo as alterações promovidas na legislação societária brasileira pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, a Instituição elaborou no presente exercício a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC),

NOTA 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna, ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente por SPED CONTABIL. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

De acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, a Entidade analisou suas contas de ativo e passivo de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis e exigíveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas e verificou que qualquer ajuste a valor presente, com exceção dos empréstimos contratados, seria irrelevante. Para estes, tal procedimento foi aplicado.

NOTA 5 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, combinados com os Artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional.

I – Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela Lcp 104, de 2001)

II - Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 6 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro - rata até a data do encerramento do exercício.

b) Edificações e Benfeitorias em Formação:

Os valores investidos em construções e reformas durante o exercício foram constituídos pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.

c) Provisão de Férias e Encargos:

Foram constituídas mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais de acordo com o direito adquirido pelos empregados até a data do encerramento do exercício.

d) Receitas e Despesas:

As Receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao Princípio de competência.

As receitas decorrentes dos serviços prestados por assistência médico-hospitalar aos conveniados, proveniente de internações e serviços ambulatoriais, foram registradas quando auditadas e faturadas, por ocasião da alta do paciente e protocoladas no convênio credenciado. Este fato nem sempre ocorre no mesmo período em que foram incorridos os custos, mas as distorções que esses fatos acarretam compensam-se ao longo dos períodos não ocasionando alterações relevantes ao resultado.

e) Apuração do Resultado:

O resultado foi apurado obedecendo ao Princípio de competência. A receita da prestação dos serviços considerou o valor justo acordado em contrato entre a Instituição, os Convênios e clientes recebidos ou a receber. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações foram reconhecidos no resultado.

f) Contas a Receber - Convênios de Saúde:

Trata-se de serviços realizados exclusivamente com atividades de saúde, contas a receber são registradas pelo valor faturado.

g) Estoques:

Os estoques no valor total de R\$ 13.028.256,35 (Treze Milhões e Vinte e Oito Mil e Duzentos e Cinquenta e Seis Reais e Trinta e Cinco Centavos) são demonstrados através do custo médio das aquisições, acrescido de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis.

h) Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado, totalizando R\$ 52.704.418,05 (Cinquenta e Dois Milhões e Setecentos e Quatro Mil e Quatrocentos e Dezoito Reais e Cinco Centavos) foram registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e com o tempo de vida útil estabelecido pela comissão administrativa de cada estabelecimento. Outros gastos são incorporados aos bens em decorrência do aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, bem como seu tempo de vida útil. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

IMOBILIZADO - 2022				
Bens	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
Terrenos		9.182.810,10	-	9.182.810,10
Prédios	4%	47.324.507,20	34.852.054,95	12.472.452,25
Móveis, Utensílios, Maq e Equipamentos,	10%	41.452.339,54	30.044.318,22	11.408.021,32
Comput. e Periféricos	20%	5.872.546,45	4.904.299,04	968.247,41
Veículos	20%	247.755,00	209.301,71	38.453,29
Bens em Formação		18.634.433,68	-	18.634.433,68
TOTAIS		122.714.391,97	70.009.973,92	52.704.418,05

i) Impairment:

Avaliação de perdas de recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado. A Administração da Instituição avalia se o ativo imobilizado, com base em expectativa de benefícios futuros e valor de mercado, não está registrado com um valor superior a esses dois.

j) Direitos e Obrigações:

Os direitos e obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os direitos e as obrigações sujeitos a variação monetária ou variação cambial estão demonstrados pelos seus valores atualizados na data do balanço, atendendo ao critério "pro rata die", refletindo o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

l) Da Distribuição do Resultado:

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. Seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2022.

NOTA 7 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

Esta provisão foi constituída seguindo os critérios estabelecidos e considerando uma posição conservadora fundamentada no princípio da prudência (Resolução CFC 1.282/2010 Art. 10, Parágrafo único). *"O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais."*

1) PCLD BP: Provisão registrada para evidenciar a possíveis inadimplências nos recebíveis do exercício.

Abaixo quadro demonstrativo da PCLD Constituída x Usufruída

Provisão PCLD				
Exercício	(=) Inicial	(+) Constituída	(-) Usufruída / Glosa	(=) Final
2014	4.120.770,92	562.049,73	- 1.644.109,67	3.038.710,98
2015	3.038.710,98	2.832.849,49	- 688.870,43	5.182.690,04
2016	5.182.690,04	5.117.784,16	- 1.041.214,84	9.259.259,36
2017	9.259.259,36	2.853.554,04	- 4.260.666,33	7.852.147,07
2018	7.852.147,07	9.359.937,10	- 10.649.161,02	6.562.923,15
2019	6.562.923,15	467.317,48	- 2.553.385,96	4.476.854,67
2020	4.476.854,67	2.553.428,27	- 2.356.954,80	4.673.328,14
2021	4.673.328,14	752.663,97	- 1.991.632,56	3.434.359,55
2022	3.434.359,55	4.105.020,19	- 1.588.000,00	5.951.379,74

NOTA 8 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo totaliza o valor de R\$ 790.504,14 (Setecentos e Noventa Mil e Quinhentos e Quatro Reais e Quatorze Centavos) composto por convênios sob judice e Bloqueios Judiciais.

Convênios sob Judice	783.434,01
Encargos A Apropriar	7.070,13

NOTA 9 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Atendendo ao disposto na Resolução do CFC 1.180/09 (NBC TG 25), a Provisão para Contingências, foi constituída com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais, envolvendo a entidade em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas até o final do exercício.

NOTA 10 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O valor de R\$ 35.779.166,04 (Trinta e Cinco Milhões e Setecentos e Setenta e Nove Mil e Cento e Sessenta e Seis Reais e Quatro Centavos) é composto de Empréstimos de Entidades Mantenedoras Empréstimos e Financiamentos e Outras Obrigações conforme quadro abaixo. São demonstrados pelos valores conhecidos, contratados ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Entidades Mantenedoras	31.592.480,86
Empréstimos e Financiamentos a pagar	3.661.638,10
Outras Obrigações	525.047,08
TOTAL	35.779.166,04

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido no valor de R\$ 60.573.055,95 (Sessenta Milhões e Quinhentos e Setenta e Três Mil e Cinquenta e Cinco Reais e Noventa e Cinco Centavos) é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do exercício no valor de R\$ 175.579,28 (Cento e Setenta e Cinco Mil e Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Vinte e Oito Centavos).

NOTA 12 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2022 no valor de R\$ 175.579,28 (Cento e Setenta e Cinco Mil e Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Vinte e Oito Centavos) foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais e estatutárias.

NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18.

O Método utilizado na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o Indireto.

NOTA 14 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Instituição no atendimento aos seus objetivos estatutários demonstra no seu registro de Serviços Gratuitos o valor de R\$ 22.321.779,84 (Vinte e Dois Milhões e Trezentos e Vinte e Um Mil e Setecentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e Quatro Centavos) decorrentes de custos com atendimento médico-hospitalar e ambulatorial às comunidades carentes adjacentes. A Entidade declara que em conformidade ao Decreto 8242/14 e Lei 12. 868 art. 8º ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de vinte por cento.

Atendimentos SUS (Gratuitos)		
Procedimentos	Pessoas Atendidas	Valores
Atendimentos Ambulatoriais	4.910	R\$ 6.154.592,26
Internações	436	R\$ 13.837.470,06
Atendimentos de Emergência	223	R\$ 370.150,99
Atendimentos Externos	3.059	R\$ 1.959.566,53
Total Atendimentos Gratuitos	8.628	R\$ 22.321.779,84

Atendimentos não SUS		
Competência 2022	Pessoas Atendidas	Valores
Total de Atendimento não SUS	214.339	R\$ 110.702.696,78

RELATÓRIO SINTÉTICO DE ATENDIMENTOS PACIENTE DIA – SUS E NÃO SUS

REDE ADVENTISTA SILVESTRE DE SAÚDE - PACIENTE DIA - 2022										
	0:00h	Intern.	Transf DE	Altas	Transf PARA	Óbitos	Óbitos +24Hs	Óbitos -24Hs	Hosp. Dia	Pac/Dia
NÃO SUS	25.406	4.564	3.508	4.390	3.469	239	229	10	1.042	25.380
SUS	1.239	370	361	364	361	12	12	0	98	1.233
Total:	26.645	4.934	3.869	4.754	3.830	251	241	10	1.140	26.613

HOSPITAL ADVENTISTA SILVESTRE RIO - PACIENTE DIA - 2022										
	0:00h	Intern.	Transf DE	Altas	Transf PARA	Óbitos	Óbitos +24Hs	Óbitos -24Hs	Hosp. Dia	Pac/Dia
NÃO SUS	21.780	3.813	3.090	3.620	3.090	218	211	7	957	21.755
SUS	1.239	370	361	364	361	12	12	0	98	1.233
Total:	23.019	4.183	3.451	3.984	3.451	230	223	7	1.055	22.988

HOSPITAL ADVENTISTA SILVESTRE ITABORAÍ - PACIENTE DIA - 2022										
	0:00h	Intern.	Transf DE	Altas	Transf PARA	Óbitos	Óbitos +24Hs	Óbitos -24Hs	Hosp. Dia	Pac/Dia
NÃO SUS	3.626	751	418	770	379	21	18	3	85	3.625
SUS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total:	3.626	751	418	770	379	21	18	3	85	3.625

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS

Conforme determinação do artigo 40 da Lei No. 12.101/09 Portaria MS No. 3.355/10 e Portaria MS No. 1970/11, a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Saúde, pelo site no departamento de certificação D-CEBAS. A Entidade em atendimento a Portaria MS No. 1.034/10 formalizou seu convênio através do Termo de Contrato nº 239/2021 no dia 08 de dezembro de 2021, vigente por 5 anos, com o Gestor Local do SUS. A Instituição de saúde mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES) e possui CEBAS valido pelo período de 2020 a 2024 conforme Portaria nº 345, de 14 de abril de 2023.

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política

Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

NOTA 16 - DA COMPLEMENTAÇÃO (NÃO CUMPRIMENTO DOS 60%) DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELO SUS

ANO DE 2022

Conforme determinação do artigo 8º. da Lei No. 12.101/09 artigo 18 do Decreto No. 8242/14e artigo 9º inciso II da Portaria do MS No. 1.970/11 a Entidade prestou serviços ao SUS em percentual menor que 60%, sendo celebrado convênio nº 27/2016 com o Município do Rio de Janeiro (Gestor local do SUS) para execução de serviços de saúde em gratuidade (Projetos de Saúde e Atendimentos Gratuitos) no percentual de 20% da sua receita efetivamente recebida na Prestação de serviços de saúde.

APURACAO DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA ANUAL EFETIVAMENTE RECEBIDA 2022		
CONTAS		Valores (R\$)
1.1	(+) Contas a Receber Saldo Inicial - Convênios de Saúde	23.698.978,38
1.2	(+) Receita Serviços de Saúde	110.702.696,78
1.3	(+) Receita com Gratuidades	22.321.779,84
1.4	(-) Gratuidades	-22.321.779,84
1.5	(-) Provisão com PCLD Usufruída	-1.588.000,00
1.6	(-) Perdas, Glosas e Descontos Concedidos	-1.148.251,45
1.7	(-) Contas a Receber Saldo Final - Convênios de Saúde	-24.092.265,36
2.0	(=) Total receita efetivamente recebida apurada pela análise técnica	107.573.158,35
Percentual de Gratuidade sob Receita Efetivamente Recebida.		20,75%

*** As Glosas estão registradas dentro da Provisão para Liquidação Duvidosa. (Demonstrado na nota 7)*

ANO DE 2021

Conforme determinação do artigo 8º. da Lei No. 12.101/09 artigo 18 do Decreto No. 8242/14e artigo 9º inciso II da Portaria do MS No. 1.970/11 a Entidade prestou serviços ao SUS em percentual menor que 60%, sendo celebrado convênio nº 27/2016 com o Município do Rio de Janeiro (Gestor local do SUS) para execução de serviços de saúde em gratuidade (Projetos de Saúde e Atendimentos Gratuitos) no percentual de 20% da sua receita efetivamente recebida na Prestação de serviços de saúde.

APURACAO DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA ANUAL EFETIVAMENTE RECEBIDA 2021		
CONTAS		Valores (R\$)
1.1	(+) Contas a Receber Saldo Inicial - Convênios de Saúde	32.435.868,45
1.2	(+) Receita Serviços de Saúde	119.470.356,87
1.3	(+) Receita com Gratuitades	25.563.134,42
1.4	(-) Gratuitades	-25.563.134,42
1.5	(-) Provisão com PCLD Usufruída **	-1.991.632,56
1.6	(-) Perdas, Glosas e Descontos Concedidos	-1.473.084,96
1.7	(-) Contas a Receber Saldo Final - Convênios de Saúde	-23.698.978,38
2.0	(=) Total receita efetivamente recebida apurada pela análise técnica	124.742.529,42
Percentual de Gratuidade sob Receita Efetivamente Recebida.		20,49%

** As Glosas estão registradas dentro da Provisão para Liquidação Duvidosa. (Demonstrado na nota 7)

COMPARAÇÃO DO COMPROMISSO S/RECEITA COM A GRATUIDADE CONCEDIDA

De acordo com o contrato firmado com o município do Rio de Janeiro através do processo instrutivo número 09/00.103/2015, — termo do convênio 27/2016-livro-2-u fls 135 a 149 assinada em 9/8/2016 e publicada no Diário Oficial em 01/09/2016 página 91 com o objetivo do presente termo de contrato na modalidade de filantropia gratuita, conforme Lei nº 12.101 de 2009 com vigência de 5 anos conforme portaria 07 de 24/09/2015 na cláusula 7ª folhas 131 SLI número 0012807951. Conforme componentes da gratuidade e execução do presente contrato; onde na época em que foi firmado (exercício de 2016) teve o valor estimado e apresentado na cláusula 7º de R\$ 16.317.540,58.

Destarte, na apresentação desse demonstrativo de 2022 apresentamos o montante de R\$ 22.321.779,84 alcançando o percentual de 20,75% da nossa receita efetivamente recebida, assim sendo, informamos que ultrapassamos o montante contratual com a prefeitura do Rio de Janeiro por finalidade de cumprir a meta dos 20% da receita efetivamente recebida conforme Lei nº 12.101 de 2009.

Abaixo demonstraremos o compromisso exigido sobre a receita efetivamente recebida de saúde e o valor da gratuidade concedida:

Descrição – 2022	Valores (R\$)
Compromisso de Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida)	21.514.631,67
Atendimentos Gratuitos	22.321.779,84
Total de Gratuidade de Saúde Concedida	22.321.779,84
Diferença Gratuidade Concedida e Compromisso s/Receita	807.148,17

Descrição – 2021	Valores (R\$)
Compromisso de Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida)	24.948.505,88
Atendimentos Gratuitos	25.563.134,42
Total de Gratuidade de Saúde Concedida	25.563.134,42
Diferença Gratuidade Concedida e Compromisso s/Receita	614.628,54

NOTA 17 - ISENÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) INSS

Em atendimento ao DECRETO Nº 8.242, DE 23 DE MAIO DE 2014, o valor relativo à isenção das Contribuições Sociais, como se devida fosse, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 foi de R\$ 12.112.703,36 (Doze Milhões e Cento e Doze Mil e Setecentos e Três Reais e Trinta e Seis Centavos). Atendendo ao disposto em seus estatutos, a Entidade aplicou todo o montante em programas para a manutenção de serviços gratuitos.

ISENÇÕES USUFRUÍDAS	
Contribuição Patronal	8.846.688,63
SAT / RAT	901.511,47
Terceiros	1.930.721,07
PIS	433.782,19
Total Isenções Usufruídas	12.112.703,36

b) Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS

A Entidade usufruiu-se de isenções do PIS no montante de R\$ 433.782,19 (Quatrocentos e Trinta e Três Mil e Setecentos e Oitenta e Dois Reais e Dezenove Centavos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 18 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

Entidade detentora de Imunidade Tributária de acordo com o Artigo 150 Inciso VI Alínea C e artigo 195 Parágrafo 7º Ambos da Constituição Federal do Brasil de 05 de outubro de 1988, combinados com os Artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional, e CEBAS valido pelo Período de 2020 a 2023 conforme Portaria nº 345, de 14 de abril de 2023.

Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas
- COFINS – 3%

FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E OS VALORES CONTABILIZADOS


Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade, Resolução do CFC No. 1.185/09 alterada pela Resolução 1.376/11 (NBC TG 26), vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), onde não podemos compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, Levando em consideração a ITG 2002 (R1) de 21 de Agosto de 2015 Item 26 “Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidenciação contábil. “demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores das isenções usufruídas pela Entidade no ano de 2022:

CONTAS DE CONTROLE ISENÇÕES

- Imunidade Contribuição Social - INSS Cota Patronal
- (-)Imunidade Contribuição Social - INSS Cota Patronal
- Imunidade Contribuição Social - Autônomos
- (-)Imunidade Contribuição Social - Autônomos
- Imunidade Contribuição Social - Cooperativas
- (-)Imunidade Contribuição Social - Cooperativas
- Imunidade Contribuição Social - Terceiros
- (-)Imunidade Contribuição Social - Terceiros
- Imunidade Contribuição Social - RAT
- (-)Imunidade Contribuição Social - RAT
- Imunidade Contribuição Social - PIS
- (-)Imunidade Contribuição Social – PIS


Hiram Rafael Silveira Kalbermatter
Presidente
CPF: 275.381.828-29


Jabson Magalhaes da Silva
Tesoureiro
CPF: 727.893.879-15


Geisson Monteiro Marroch
Contador CRC-RJ 111251/O-3
CPF: 100.903.237-26

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Petrópolis – RJ

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as
Fl. 2 / 3



Auditores Associados

exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 29 de julho de 2022, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 18 de outubro de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Nilton Antonio Tiellet Borges', written over a faint circular stamp.

TSA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES
CRC RS-004240/O-1 S-RJ – CVM 13242
Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-RJ